

Comissão avalia caso de vítima de guerrilheiro

JOSÉ MITCHELL

PORTO ALEGRE — Neta de um comerciante morto por guerrilheiros de esquerda, a advogada gaúcha Áurea Altenhofen recebeu da Comissão dos Desaparecidos a informação de que o seu pedido de indenização para a viúva da vítima era “atípico, porém viável”. Por isso, Áurea voltou à capital gaúcha para recolher documentos e depoimentos e solicitar ao Comando Militar do Sul cópia da lista de pessoas mortas pela esquerda, em que aparece o nome do avô. Caso não consiga obter os documentos, Áurea afirmou ontem que “entrará com *habeas data* ou ação cautelar” para obrigar o Exército a mostrar o documento.

O caso do avô de Áurea, Kurt Kriegel, será o primeiro de famílias ligadas ao outro lado (de civis e militares mortos pela esquerda), que deverá ser examinado pela Comissão dos Desaparecidos. Por enquanto, a comissão examina apenas desaparecidos e mortos ligados à esquerda, vitimados pela repressão política durante a ditadura militar. A próxima reunião da comissão será dia 18, quando seus integrantes vão examinar pelo menos mais 15 casos de desaparecidos.

Além do atestado de óbito, Áurea vai anexar reportagens sobre o assassinato do avô, dono do Bar Rembrandt, morto em Porto Alegre no dia 22 de setembro de 1969 durante um assalto praticado pela Var-Palmares. Ela acredita que não terá problemas no seu pedido ao Exército, já que a lista oficial das 98 pessoas mortas pela esquerda no Brasil foi elaborada pelo próprio III Exército na década de 70, por ordem do então comandante, general Samuel Alves Corrêa. “Mas se não conseguir, vou entrar com um *habeas data*”, afirma Áurea, referindo-se ao instrumento jurídico consagrado na Constituição de 1988, e que obriga as autoridades a liberar qualquer documento público relacionado àquelas pessoas.